

PREFÁCIO

A redução e a gestão do risco de catástrofes assumem grande complexidade, envolvendo esforços coletivos e conhecimentos combinados de todos os sectores da sociedade, sejam eles públicos ou privados, ou de outros membros ativos da sociedade civil. Experiências de sucesso demonstram que a redução de riscos é um problema de todos os cidadãos e responsabilidade de todos. Neste sentido é reforçada a ideia de envolvimento da população na gestão do risco, ultrapassando uma visão que perceciona as crises como uma mera questão técnica, ignorando a importância do envolvimento da comunidade, em particular da que se associa à forma como o público as perceciona.

Com efeito, é reconhecida a crescente importância da análise do comportamento das populações face ao risco. Neste particular, para além de se considerarem os elementos presentes nas áreas de risco (pessoas e bens) que, por esse motivo, ficam sujeitos a eventuais perdas, é também importante considerar o nível e a extensão dos danos que os elementos expostos podem sofrer, os quais estão associados às suas características intrínsecas, ao seu grau de proteção, bem como à capacidade, quer de antecipação quer de resposta, perante a manifestação do risco.

Assim, para que a população participe na redução do risco de catástrofes é necessário que as autoridades públicas compreendam como a população de determinada região perceciona os riscos a que está exposta, sendo tal compreensão considerada prioritária no Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030. Este conhecimento ganha crescente relevância pois influencia diretamente a gestão desses riscos, permitindo alcançar outra das prioridades do Quadro de Sendai, no qual se reforça a importância da governança na redução do risco de catástrofes e no aumento da resiliência de pessoas em bens.

Com o título “*Perceção e planeamento na redução e gestão do risco de catástrofes*”, o décimo segundo volume da série *Estudos Cindínicos*, reúne seis capítulos cujo objetivo comum é o de contribuir para a perceção e planeamento do risco de catástrofes, com o fim último de proteger de forma mais eficaz pessoas e ecossistemas, comunidades e países, meios e modos de vida, fortalecendo, assim, sua resiliência.

O primeiro capítulo, de Maiane Barbalho da Luz, Amanda Alves Queiroga e Hamilcar José de Almeida Filgueira, com o título “*Desenvolvimento associado aos desastres: alguns exemplos de casos*” visa analisar a relação existente entre a manifestação de vários riscos naturais e as possíveis formas de desenvolvimento de algumas cidades, com intuito de reduzir o risco de desastres. Com efeito, a ocorrência de desastres pode trazer mudanças positivas no processo do desenvolvimento de uma região (ex. melhorias estruturais), contudo pode ter outro efeito, o de prolongar modelos já existentes de vulnerabilidade. Para averiguar esses efeitos, analisaram quatro casos de estudo: o terremoto de fevereiro de 2010, no Chile, o terremoto de março de 2011 no Japão; o terremoto seguido de *tsunami* em 2004, no Sri Lanka, e as inundações e movimentos de massa ocorridas entre novembro de 2008 a janeiro de 2009, no Brasil. Os Autores concluíram que a ajuda externa foi importante para reerguer as áreas afetadas, com impactos positivos em todos eles, contudo no caso do Sri Lanka a iniciativa dos próprios moradores e governo local foi de suma importância para recuperação do espaço degradado. Embora os desastres sejam recorrentes em diversas partes do mundo, as nações devem aproveitar da melhor forma possível os recursos para as fases pré, durante e pós desastre, tomando como exemplo alguns casos que obtiveram sucesso e contribuíram para aumentar a resiliência desses territórios à manifestação de riscos e redução dos respectivos danos pessoais e materiais.

“*A consciência de preservação do Cerrado aliada ao ensino de física*” da autoria de Rosikelly M. Gonçalves Cabral, Érica Rost e Tatiana Rosa da Silva tem como objetivo relacionar a preservação da vegetação local e o conforto térmico em espaços antrópicos, através de conteúdos lecionados na disciplina de Física. A perda da biodiversidade da flora e a substituição de espécies próprias do Cerrado foi discutida numa “*conferência e/ou debate sobre tema cultural ou científico*” envolvendo estudantes de ensino médio. Deu-se particular ênfase à relação entre os conteúdos aprendidos em sala de aula e as situações vivenciadas pelos estudantes no seu dia a dia. Através da avaliação dos conhecimentos adquiridos pelos estudantes, aferidos através da aplicação de um questionário, os Autores são perentórios ao afirmar que “*aproximar os discentes da realidade científica, indo além das equações e resolução de*

situações problema, aproximando-os da linguagem e da compreensão da realidade de todos os envolvidos” é fundamental para estabelecer sentido às aprendizagens uma vez que é evidente a falta de capacidade em enquadrar elementos hipotético-dedutivos.

O terceiro capítulo, da autoria de Nuno Leitão, Luís Carvalho e Ana Laura Freitas, tem como título “*Considerações sobre a produção de uma base de dados de precipitação mensal na Amadora, Portugal, 1915 a 2021*”. Com a construção desta base de dados pretende-se apoiar estudos relacionados com inundações urbanas, acidentes rodoviários, incêndios florestais ou movimentos de terrenos, no âmbito do projeto “Sempre em Movimento, Amadora é Resiliente!”, enquadrado na Campanha Local UNISDR 2010-2020. Esta campanha tinha em vista a adoção de boas práticas com o objetivo de reduzir o risco de catástrofe e aumentar a resiliência do território municipal, através de informação e sensibilização da população e de apoio aos instrumentos de gestão da prevenção e planeamento, nomeadamente a inclusão das áreas de suscetibilidade elevada e moderada nas cartas de ordenamento e no regulamento do Plano Diretor Municipal, Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Cascais, entre outros. Nas conclusões, os Autores reforçam a importância de estimular, a nível local, a recolha, tratamento, sistematização e análise de dados climáticos. Sublinham, também, os constrangimentos, relacionados com a ausência de dados por períodos, por vezes, longos. Por último, salientam a sua especial relevância para o Serviço Municipal de Proteção Civil da Amadora, na medida em que ajuda a contextualizar, situar e até projetar situações para as quais os serviços têm de estar preparados, tais como inundações e secas.

Eduardo Pinheiro, Larissa Ferentz e Murilo Fonseca são os Autores do quarto capítulo, intitulado “*Os Planos Diretores Municipais como resultado da intersecção entre a política urbana brasileira e a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil*”. Os Autores iniciam o capítulo afirmando que “*A intersecção de políticas públicas costuma ser uma das falhas mais evidentes do âmbito governamental*”. Assim, para colmatar essas falhas, a lei federal instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil que gerou um precedente de transversalidade ao realizar alterações no Estatuto da Cidade. Os Planos Diretores Municipais passaram, então, por força da lei a ser instrumentos de gestão urbana, tendo em conta aspetos relacionados com o risco de

desastre. Através da Lei 12.608/2012 todas as áreas setoriais das cidades passaram a ser reguladas, no entanto os Autores deste trabalho concluíram que são poucos os municípios que já conseguiram incorporar as diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil na prática, principalmente no que se refere ao mapeamento das áreas de risco e implementação de sistemas de alerta e alarme.

Maria de Fátima Duarte Tavares, no seu capítulo intitulado “*Brasília e situações críticas: percepção de incêndios florestais nos 60 anos da capital federal, o conhecimento científico e gestão territorial*” avalia a percepção do risco de incêndios florestais em cenários de mudanças territoriais profundas e de mobilidade populacional no Distrito Federal de Brasília. A Autora, depois de analisar as notícias publicadas no Correio Braziliense, no intuito de caracterizar a historicidade e os traços dominantes de percepções disseminadas a longo prazo, afirma que a história de Brasília convive, desde os anos 60 do século XX, com a memória do fogo na paisagem do Cerrado e vinculada à história das políticas e das instituições, as quais nem sempre foram efetivas na redução do risco. Salienta, todavia, a contribuição da ciência e seus representantes para a qualidade de vida dos habitantes da nova capital, pela proposta de áreas protegidas e pela convocação para a observação e preservação continuada das áreas de Cerrado remanescentes.

O último capítulo, intitulado “*O regime contraordenacional e a restrição a direitos fundamentais no sistema de defesa contra incêndios rurais*”, da autoria de António Duarte Amaro e Edgar Gonçalves Fernandes, tem como objetivo verificar a intervenção do Estado na gestão da propriedade florestal privada operada pelo Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, diploma que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios. Os autores, para além de abordarem aspetos ligados ao direito e à liberdade de iniciativa económica, discutem o Decreto Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, assim como os Relatórios da Comissão Técnica Independente e o do Observatório Técnico Independente, e a mais recente legislação aprovada em 2020. Por último, colocam enfoque no regime sancionatório do Sistema, em especial o regime contraordenacional. Concluem que quando o tema é “florestas”, fonte do ar que respiramos, o domínio público/privado deve esbater-se em prol do direito

à vida, pois em grande parte são as árvores que o garantem. No entanto, são perentórios quanto à controvérsia e à dificuldade em gerir esse património quando 97 % propriedade, em Portugal, é privada. Terminam afirmando que “*os incêndios florestais serão sempre uma realidade em território português pelo que, sem isentar as obrigações dos particulares, o Estado, no cumprimento das suas tarefas fundamentais, deve intervir garantindo a igualdade real entre os portugueses e a efetivação de direitos económicos, sociais, culturais e ambientais e ao mesmo tempo defender a natureza e ambiente; tarefa que se diga, nada fácil*”.

Trata-se, sem dúvida, de um livro de elevada utilidade para decisores públicos, investigadores, professores e estudantes, com interesse nestas temáticas ou com responsabilidade no planeamento e gestão do risco, cujo intuito seja o de tornar o mundo mais seguro dos riscos de catástrofes nas décadas vindouras para as gerações presentes e futuras.

Sabugal, 18 de julho de 2023.

Adélia Nunes